

RÉPLICA DA MOÇÃO 2

PIETRO INGRAO

Tanto a exposição do secretário do partido como grande parte das intervenções feitas por companheiras e companheiros do sim partem da derrocada dos regimes ditatoriais do Leste e da constatação de que a situação mundial mudou radicalmente. Realmente seria difícil discordar desta afirmação. Ela está escrita nos jornais de todo o planeta.

A discordância começa quando é necessário definir que análise se faz destas mudanças mundiais e sobretudo que conseqüências se deve extrair dela para a ação.

Neste sentido, a questão alemã é realmente exemplar e iluminadora. Agrada-me que o secretário do partido a tenha finalmente colocado na ordem do dia. E não me deterei em repetir as razões com que ontem a companheira Castellina explicou de forma lúcida por que a proposta do secretário está ainda inadequada. Mas devo me perguntar por que a proposta do secretário sobre a questão alemã é não apenas insuficiente mas também tão tardia. O fato é que durante muitos meses vimos de modo estático os próprios acontecimentos do Leste. Nós os lemos somente como o “fim do comunismo”, e não no seu movimento, nas lutas que despertavam, nos tempestuosos deslocamentos de forças — estatais e sociais — que determinavam; deslocamentos que exigiam bem mais que uma condenação e alheamento. Exigiam iniciativa: como esquerda e como Itália.

Por isso este país e este governo foram colhidos inteiramente despreparados pelo terremoto alemão. E o ministro italiano das Relações Exteriores também o confessou. Disse em uma entrevista pública nos encontros de Ottawa: “Fomos enganados”. É insignificante que este país tenha sido “enganado” acerca da maior e mais urgente questão, sobre a qual se define hoje não apenas a face da Europa, mas também grande parte dos equilíbrios políticos, militares e sociais em escala mundial? Parece-me absurdo.

O secretário do partido convidou o governo a “adequar” a política externa italiana. É verdadeiramente de admirar a gentileza do tom. Companheiro Occhetto, o presidente do Conselho deste país foi a Washington pedir a Bush a garantia de que a nova Alemanha unida permaneça dentro da OTAN: está escrito em *L’Unità*. Isto ocorreu há apenas uma semana. Esta é ainda hoje a política externa deste governo. Então eu peço que acabe finalmente a nossa tenaz e absurda posição “consociativa” em relação a uma política externa tão pavorosamente atrasada. O que significa esta solicitação de manter a futura grande Alemanha de 80 milhões de alemães dentro da organização militar da OTAN, se não a estúpida subestimação do que uma Alemanha unida (e com razão deverá se unificar) e armada dentro da OTAN representa não apenas

para a Polônia, para a União Soviética, mas também para nós? E isto para a Itália e para os equilíbrios europeus, e para o possível reacender-se de nacionalismos não apenas alemães e retornos a velhas contraposições de alianças, sobre as quais a Europa por mais de um século se dividiu sanguinariamente, para depois sucumbir a duas fatais guerras mundiais!

E eis onde aparece também a inadequação da proposta do secretário do partido, que une singularmente dois processos de términos diferentes: a unificação alemã e a integração europeia. Esta proposta negligencia singularmente o fator tempo, que no entanto conta muito em política; e ainda mais em fases de dramática aceleração como aquelas lançadas em torno de nós. A perspectiva da Alemanha amadurece nestes meses. É hoje que podemos jogar a carta da neutralidade e da desmilitarização. É hoje que União Soviética e Polónia e forças pacifistas do Leste e do Ocidente podem ser envolvidas neste projeto. Depois será tarde.

Gorbachev até agora se mantém nesta posição. Vamos deixá-lo só ou descemos em campo agora? Como esquerda europeia, como esquerda italiana, como Partido Comunista Italiano, visto que até agora nos denominamos assim. E a aceleração das medidas de desarmamento, também com atos unilaterais, que pedia ontem a companheira Castellina, está em estreita relação com estes tempos novos da situação, de que depende também a face da União Soviética de amanhã, e Gorbachev agora.

O companheiro Reichlin ainda ontem quis nos recordar que se faz política cumprindo uma função nacional e internacional. Pois bem. Vamos aos fatos. Sustento que se cumpre hoje uma função nacional e internacional batendo-se agora por uma Alemanha neutra, e em todo caso desmilitarizada. Porque se passar a grande Alemanha armada no sistema militar da OTAN e depois a anexação da Alemanha Oriental ao sistema militar da OTAN, os nossos filhos estarão menos seguros; e seremos — como Itália — politicamente e economicamente mais dependentes.

Diz-se: construir convergências e programas comuns com o PSI. Pois bem: a Alemanha; eis um grande tema. Se não este, qual outro? E se queremos abrir verdadeiramente uma conversação real com toda aquela componente católica — as Igrejas e os movimentos — que pedem desmilitarização, fechamento das bases estrangeiras, serviço civil, recursos para o Terceiro Mundo, que tema mais atual para propor uma convergência? E não é este, agora, e não amanhã, um vínculo para encontrar forças cristãs, correntes democráticas, elites intelectuais, que no esfacelamento do Pacto de Varsóvia buscavam hoje um caminho de não-homologação dentro da grande caserna da OTAN ou de uma CEE que se torna ainda mais

instrumento da OTAN, e portanto um bloco hegemônico?

Diz-se: desabou um mundo. É verdade. Mas desabou também o risco, o argumento, de uma ameaça armada do Leste contra a Europa Ocidental. Isto não era verdade nos anos 50 e 60, e sobretudo na era Brejnev. É verdade hoje. E a própria América discute isso. Sustento que nós, como esquerda italiana, mas ainda como PCI, não estamos utilizando este poderoso trunfo. Quando ouço o companheiro Napolitano afirmar que devemos nos mover “na perspectiva da superação dos blocos militares”, constato que naquelas palavras há uma avaliação dos eventos, dos tempos e do alcance das decisões em curso *agora*, que parte de uma outra análise e de uma outra estratégia: para mim — digo-o francamente —, atrasadas e tardias. Napolitano me diz que ele e Occhetto pensam e querem a mesma coisa. Que seja. Mas então há aqui um ponto nodal de discordância. É em cima do que devemos medir a renovação, se não sobre estes candentes e acelerados dilemas, que dizem respeito tão diretamente à Europa e a nós, e também os recursos que poderão, ou não, ser desviados dos arsenais militares para as necessidades do Terceiro Mundo?

E é também evidente a discordância de análise e de estratégia numa outra vertente, todavia estreitamente ligada à primeira: na questão social. Também aqui nós da moção 2, mas também da moção 3, não viemos pedir, simplesmente e rudemente, mais luta. Trouxemos uma análise do período. Sustentamos que veio se desenvolvendo nestes anos um novo ciclo de inovações por parte da grande empresa, que se orienta em duas direções: a crescente e direta penetração em mundos vitais até agora em parte subtraídos à mercantilização (e o exemplo mais clamoroso se refere à penetração envolvente no campo da informação e dos saberes); e a necessidade da empresa de alta inovação tecnológica que pede agora ao trabalhador o que sumariamente chamarei de uma colaboração inteligente, ou seja, um grau de “consenso”, se o queremos chamar assim, que corresponde à flexibilidade da empresa e ao “mais” de iniciativa não predeterminada que todo um campo de novas tecnologias requer.

EIS O TERRENO NOVO

É algo maior e diferente da adaptação “maquinal” do homem à fábrica fordista, que o inesquecível Carlitos de “Tempos Modernos” no início dos anos 30 nos representou daquele modo extraordinário; e é também diferente daquela modulação do costume de vida, que Ford predicava e sobre o qual Gramsci, do cárcere, escreveu reflexões inesquecíveis.

Poder-se-ia dizer que hoje se requer do trabalhador uma verdadeira compenetração com a lógica da empresa. E então deve ser colocado sob controle algo mais que a quantidade do salário. E dado que nem mesmo a fragmentação individualista garante este “consenso” humano, que necessita ser sancionado e codificado, eis que no momento repressivo que quase pedia a destruição do sindicato, surge hoje a exigência de um sindicato “garante” e instrumento desta nova certeza do “consenso” adaptativo.

Caminha-se como sobre uma espécie de corda bamba. O trabalhador sente, adverte o valor deste novo potencial inteli-

Diz-se: desabou um mundo. É verdade. Mas desabou também o risco, o argumento, de uma ameaça armada do Leste contra a Europa Ocidental. Isto não era verdade nos anos 50 e 60, e sobretudo na era Brejnev. É verdade hoje. E a própria América discute isso.

gente que ele coloca em campo; sente que há aqui um novo recurso de “saber”, de consciência, pessoal e social; abrem-se campos difíceis e delicadíssimos. E contemporaneamente ele é exposto a uma coerção mais sutil, mais penetrante. Abre-se, em um novo nível, a questão que pergunta *se e como* o trabalhador está condenado a ser heterodirigido; ou se consegue afirmar uma nova capacidade de controle e de autodeterminação. E portanto se tem voz sobre o êxito deste novo ciclo, ou não; e quais instrumentos coletivos devem ser pensados e repensados para que esta voz possa se exprimir. Eis o terreno novo.

Se esta análise possui um fundamento de verdade então a articulação da contratação e não a sua centralização; o valor de uma reivindicação estrutural como o horário de trabalho; o problema da formação permanente; a soberania dos trabalhadores no que diz respeito às plataformas e os resultados da negociação, e portanto não apenas a democracia no sindicato, mas a democracia dos trabalhadores: eis temas que se tornam prementes questões de iniciativa e de confronto.

Porque se a trabalhadora e o trabalhador não tiverem espaço, instrumentos e poderes reais para decidir sobre a qualidade do seu trabalho e sobre a tutela dos seus direitos, então será vão e pateticamente verborrágico protestar contra as fragmentações corporativas e as corridas salariais: em um país em que além disso é ainda hoje tão dura a faixa dos baixos salários, do trabalho clandestino, do desemprego. Portanto estamos discutindo o destino e a face do sindicato. E não apenas na Itália.

Também as culturas e as práticas social-democratas europeias estão sendo atropeladas. A olho nu, todos podemos ver e imaginar as complicações que nesta fase introduzirão os “condenados da terra”, que desembarcam na Europa expulsos de suas terras pela fome; e o “*dumping social*” que pode trazer consigo uma mão-de-obra que não encontra resposta adequada e inovadora nos países do Leste. Sobre estes temas prementes de ação, não encontrei traço nas magras e rituais palavras que o secretário do partido pronunciou sobre o sindicato.

Estão equivocadas a nossa análise e a nossa proposta? Apresentem-se outras. De outra forma, o que esclarece afirmar que o novo partido deverá ter um novo enraizamento social ou também apresentar propostas da lei, que todavia não se apoiam em uma estratégia que envolva sujeitos reais em ação?

E aqui é realmente clamoroso o caso dos estudantes. Eu não acredito, não me sinto capaz de explicar as condições

devastadas de tantas universidades italianas com a ineficiência e incúria de não se sabe quem. E não é por acaso que a luta dos estudantes tenha começado em Palermo, isto é, no extremo Sul. Ocorreu nas universidades uma penetração de duros interesses oligárquicos, que não se exprimem apenas nas contratações privadas, mas em grupos de docentes, para os quais agora a universidade é apenas um fato marginal, e que não têm às vezes quase nem mesmo a sombra de um verdadeiro contato com os estudantes. Este processo está selecionando selvagememente uma ou outra universidade, segundo nenhum critério público; e com uma ruína para o Sul da Itália, e também com um prejuízo para aquele sul da Europa que é a Itália. Em suma: creio que há um fio entre aquele novo domínio sobre a colaboração inteligente na fábrica de que falava antes, a esta nova seleção selvagem no campo do saber; e também, naquele outro campo decisivo que é o embate pelo controle da informação. Assusta-me que estejamos indo a estes confrontos — também tão abertamente — de modo tão fragmentado e esfarrapado.

Exagero as coisas? Mas devemos nos entender. Estou convencido de que, se os estudantes forem derrotados, em última análise vencerá também “seu emitente” Berlusconi. Não, não enlouqueceram os estudantes quando levantaram a questão de liberdade do vídeo, falando também em nome de milhões de usuários, ainda hoje sem poder. E quando, ainda eles, os estudantes, descobriram desesperadamente os *fax* para se comunicar, em tempos reais, entre si. Sim, é o mesmo e idêntico problema: é a sorte do saber moderno que está em jogo; da grande empresa computadorizada, à escola, àquele hóspede onipresente, que todo dia da tela nos liga ao mundo e ao mesmo tempo nos manipula. Nós, fixos, presos e sem voz.

Vejam: se leio a entrevista dada por um ministro, Vesentino —, do nosso “governo sombra” para *L’Unità* sobre os estudantes, não encontro nela nem mesmo a sombra destas conexões; e as suas respostas me parecem incrivelmente limitadas.

Todavia se os estudantes forem derrotados, estaremos também mais débeis no confronto da Enimont, onde já hoje a voz dos trabalhadores é tão débil; porque será derrotada nas universidades uma autonomia não estatista, nem ministerialista; e então toda a perspectiva de uma nova função do público será enfraquecida. Desta forma o nosso apelo às social-democracias europeias será muito mais débil e ritual, porque não daremos uma mão para enfrentar aquelas grandes e novas temáticas da relação entre público e privado que emergem das derrotas do Leste, mas também das novas e urgentes provas com que devem ser cimentadas as esquerdas do Ocidente.

Desejo ser claro. Fora destas lutas a discussão com o PSI permanece fortemente subalterna; e não porque Craxi seja amigo de Berlusconi, mas por uma razão mais profunda: se não intervêm sujeitos, políticos e sociais, que desloquem os poderes para os campos em que se decidem hoje a face e também os equilíbrios do país, Craxi permanecerá amarrado a Berlusconi e a este tipo de governo, porque não vê outra via para motivar uma sua função e para deslocar as relações de força.

E então corremos o risco de nos defrontarmos com uma

Neste quadro, realmente não compreendo o pedido feito a nós e aos companheiros da moção 3 para que anulemos as divergências.

má encruzilhada; ou nos dobrar a uma colaboração subalterna com o PSI, que — para além da esquerda do clube — é o verdadeiro interlocutor da iniciativa de Occhetto (e estamos vendo isto neste congresso); ou recuar para um entrenchamento sectário. E não bastam juramentos ou declarações tranquilizadores entre nós. A maioria do sim, também neste congresso, tem sido rica em proclamações, mas nos disse muito pouco sobre uma estratégia real que incida sobre a fase e sobre os conteúdos novos do conflito. E ao contrário, também a crítica à DC está na desagregação concreta de seu bloco de poder. Relançar uma razão da esquerda, uma remotivação histórica, aqui e agora, significa construir respostas às novas, essenciais e historicamente determinadas necessidades de autonomia, que possam coligar o operário e o técnico da grande empresa automatizada ao estudante de Palermo, à mulher que pede outros tempos de trabalho e de vida, até o negro que luta na África de Nelson Mandela.

Neste quadro, realmente não compreendo o pedido feito a nós e aos companheiros da moção 3 para que anulemos as divergências. As divergências são superadas positivamente quando deixam de existir os motivos do dissenso. O relatório do secretário do partido poderia ajudar e impulsionar para este resultado. Infelizmente não o fez.

E há, além disso, uma questão mais profunda. Muitas vezes vejo companheiros do sim que demoram — ainda agora! — a reconhecer que, divergindo da maioria, existe hoje no partido uma agregação encorpada que avança uma outra e concreta proposta política, e que em uma série de centros decisivos do país alcança ou supera os 40%.

Esta recusa da realidade não ajuda, porque debilita a fecundidade do confronto e da divergência. Digo fecundidade da divergência porque eu não aceito a idéia da divergência como um mal. Que coisa estranha! Estamos no ano de 1990, no limiar do ano 2000. Ocorreu o “inesquecível 1989”; e falamos até de uma luta por uma “democracia integral”; e eu serei mais sóbrio no uso destas palavras. Todavia ainda hoje a formação de uma maioria e de uma minoria no partido, no fundo, é vista como um mal.

Exaltamos o valor das diferenças. Juramos sobre o valor do conflito. Todavia levantamos logo a suspeita do perigo, porque se formaram uma maioria e uma minoria visíveis não certamente por um capricho, mas sobre um tema de grande alcance e diante de uma decisão tão brusca como perturbadora.

Estarei ainda uma vez errado, mas creio ter aprendido uma outra idéia da unidade do partido. Penso que um confronto verdadeiro seja o seu fundamento necessário. Penso que devemos nos libertar do medo de divergir. Penso que não devemos temer discutir nossa divergência entre nós e com os outros: à luz do sol.

Não gosto das correntes, porque acho que as correntes tendem a reproduzir os poderes dos chefes. Mas creio também que nos partidos modernos — se queremos falar a verdade — devemos construir regras novas para nos comunicar uns com os outros, e sobretudo para aqueles que querem se comunicar entre si e convergir — se se consegue — nas opiniões e iniciativas que estão embaixo, na periferia, e que ainda gozam de pouquíssimos direitos em relação àqueles — eu entre outros — que têm poder de comando. E certamente deveremos nos proporcionar regras e garantias novíssimas em relação à fase inteiramente inédita que se abre e que diz respeito até à sorte do partido.

Olhemos, portanto, sem de modo algum subestimar seu peso, mas também com calma, estas nossas divergências. Quanto mais as olharmos com calma, sem espírito de revanche e de anátemas, tanto mais saberemos encontrar o acordo para as batalhas comuns, para os grandes encontros que não podem esperar. Leio em alguns jornais sobre a ameaças de cisão. Engana-se quem faz alarido sobre isto. A questão não é sair do partido! Convidamos mulheres e homens deste país a inscrever-se, *agora, neste partido*, porque estamos aqui sustentando que ele deve viver e renovar-se. E dizemos a todos, e não apenas aos inscritos: ai de nós se este partido sofresse um enfraquecimento nas próximas eleições administrativas. Não faço apenas um apelo e uma conclamação ritual. Volto também aqui à análise de que parti. Trata-se do governo das cidades, isto é, de um daqueles símbolos clássicos de um vínculo coletivo, de um reconhecimento recíproco de cidadania, e até de uma “vizinhança”, de um encontro. E pelo contrário, nestas metrópoles está em curso um processo feroz de dispersão e fragmentação, de consumo insensato, do tempo nas jaulas dos automóveis estrangulados pelo tráfego, de modernas solidões; e hoje — também entre nós — de dolorosíssimos conflitos raciais. Aqui, devemos reinventar concretamente, além da retórica, lugares de reconhecimento recíproco do “outro”, e de convergência e convivência entre culturas diversas.

Por isso quando falo desta luta comum a ser travada, falo não apenas de um vínculo disciplinar entre nós, de uma obrigação ligada — desculpem-me a palavra — ao comum “clubepartido”. Falo das necessidades, dos bens que estão submetidos à prova nesta nova fase de que falava antes. Por isso a renovação deste partido é parte integrante desta luta. E este horizonte do comunismo de que falamos, este ponto de vista — com a permissão do companheiro De Giovanni

Não gosto das correntes, porque acho que as correntes tendem a reproduzir os poderes do chefes.

— longe de me impedir, me ajuda a compreender o presente. Permita-me o companheiro Occhetto uma brincadeira. Ele, citando o poeta Tennyson, convidou a ir “além do horizonte”. Eu, mais modesto e menos titânico, peço para manter aberto este ponto de vista, que ajuda a ler os maiores temas deste crepúsculo de século.

Falava pouco antes das novas relações entre homem e máquina. Li no maior jornal burguês italiano, o *Corriere della Sera*, um artigo de Gianfranco Dioguardi, intitulado “Quando o escravo é demasiado bom”. Era um artigo sobre os novos ritmos de velocidade com que uma calculadora eletrônica, adaptada a uma máquina computadorizada pode reagir aos estímulos e determinar tempos de decisão e de trabalho que o encarregado da máquina computadorizada tem dificuldade de acompanhar.

É a antiga fábula da máquina que se apodera do homem que a criou. O interessante é a explicação que era dada a esta descontinuidade entre máquina computadorizada e ser humano: ela era indicada pela diferente velocidade de decisão entre a máquina e o homem. *Velocidade!* Reflitam um segundo sobre o verdadeiro sentido desta palavra. Descobriremos que uma diferente *velocidade humana* tem a ver também com a afetividade, a emotividade, a “distração”, como erupção da fantasia ou da dúvida. Um limite humano ou uma enorme riqueza? Um defeito do homem ou uma irredutibilidade sua ante o cálculo mais requintado? E portanto uma insuprimível criatividade? Que, ao preço de morrer, pode subtrair-se a todo esquema, a toda obrigação!

Esta riqueza não pode ser medida por qualquer metro do mercado. Manter aberto este ponto de vista remete deste já a outros critérios. Revela aspectos fundantes da alienação moderna. A técnica e o ser humano. A materialidade da necessária produção social; e a irrepetibilidade insuprimível do indivíduo, a obstinada incalculabilidade da vida, mesmo não humana. Existem, é verdade, os guardiães. Mas obrigar o mundo a vestir as calças é difícil. E no fundo, vendo bem, certos guardiães, por fortes e ferozes que sejam, são todavia, no fim, bastante estúpidos.